

O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado

Márcia Janete Espig*

Resumo – O presente artigo estabelece uma discussão acerca da utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica. Através de exemplos referentes ao movimento do Contestado, tenta contribuir metodologicamente para uma conveniente utilização do material jornalístico, tecendo comentários a partir de considerações teóricas oriundas da história cultural recente.

Abstract – The present article establishes a discussion about the use of journalistic resources in the historical research. Through examples of Contestado Movement it intends to offer methodological contributions to a convenient use of this material, talking about theoretical considerations by recent cultural history.

Palavras-chave – Metodologia histórica – História cultural – Movimento do Contestado.

Key words – Historical methodology – Cultural history – Contestado movement.

A utilização de material jornalístico em trabalhos de cunho historiográfico vem sendo, cada vez mais, útil aos pesquisadores que se debruçam sobre períodos relativamente recentes de nossa história. Tal como fontes de outra natureza, este tipo de material enseja considerações teóricas e metodológicas específicas, a fim de que seu indiscuti-

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: mezequiel@cpovo.net

vel potencial seja explorado em toda a sua plenitude. Será nosso objetivo, nas páginas que seguem, refletir sobre algumas possibilidades trazidas pelo seu uso na pesquisa histórica, sobretudo no que tange à utilização em trabalhos que privilegiam aspectos culturais. Neste caminho, tomaremos como exemplo as matérias de alguns jornais catarinenses que se referem ao evento histórico conhecido como Movimento do Contestado.

O conflito do Contestado teve lugar no território que hoje compõe o meio-oeste de Santa Catarina, na época disputado entre este estado e o Paraná. Entre os anos de 1912 e 1916, cerca de 20.000 pessoas reuniram-se sob a expectativa messiânica de retorno dos monges João Maria e José Maria – aquele, considerado “encantado” em um morro da região; este, assassinado em um conflito com forças legais em outubro de 1912.¹ Como as primeiras expedições das forças públicas dos estados paranaense e catarinense não puderam derrotar os rebeldes, solicitou-se a intervenção do Exército.

No auge do movimento, em 1914, os rebeldes chegaram a controlar uma área de cerca de 28.000 quilômetros quadrados.² A repressão sistemática por parte do governo teve início em setembro daquele ano, e compreendeu o fechamento de um cerco sobre a região, de modo a impossibilitar as trocas comerciais e o abastecimento de alimentos. Apenas através de um grande deslocamento de homens e da implementação de um elaborado plano tático as forças federais lograram extinguir o movimento. Ao seu final, calcula-se que no mínimo 6.000 rebeldes tenham perdido a vida, restando aos militares o trabalho de “limpeza” da área e a reflexão acerca das fragilidades evidenciadas pelo exército durante a campanha.

A repercussão alcançada pelo movimento na imprensa catarinense e paranaense foi digna de nota, traduzindo e acirrando os atritos políticos existentes entre tais estados. A atividade jornalística em Santa Catarina era intensa no período, sobretudo na capital estadual. Durante o movimento do Contestado, os jornais em geral dedicaram

¹ Os assim chamados “monges” eram anacoretas que percorriam a região distribuindo conselhos, rezando e por vezes batizando. Representantes do catolicismo não ortodoxo do interior, onde a ação da Igreja Católica era mínima, os “monges” eram admirados pelas suas virtudes ascéticas e por sua devoção religiosa.

² Segundo números de QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social* (a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 199.

grandes espaços aos acontecimentos e à análise de seus articulistas, vindo assim a transformar-se em importantes acervos históricos para o estudo deste conflito.

Para o período em que trabalhamos, de acordo com Renée Barata Zicman, assinala-se uma imprensa substancialmente política, ou seja, a chamada “imprensa de opinião”. “Esta imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de ‘espelho da realidade’ para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública. Cada jornal parecia dirigir-se prioritariamente a um tipo de público e o jornalismo era quase que um exercício literário.”³ Apenas entre os anos 45/50 este estado de coisas foi alterado, surgindo então a “imprensa de informação”, na qual o julgamento crítico foi sendo substituído pela pretensa “objetividade”.

No espectro de jornais que analisamos é possível perceber características desta imprensa de opinião. Muito raras são as ocasiões em que os articulistas não exprimem seu pensamento acerca do tema tratado, geralmente baseados em noções morais e em valores que consideram fundamentais a sua própria sociedade. As opiniões assumem freqüentemente uma conotação política, quando emitem julgamentos acerca das atitudes de tal ou qual homem público, e por vezes criam polêmicas com este ou com outras instituições jornalísticas. Estas opiniões serão fundamentalmente diferentes, dependendo da orientação política da folha à qual nos reportarmos. Caso tomemos um jornal ligado ao partido do governo, perceberemos uma atitude de exaltação e contínua aprovação às atitudes tomadas pelo mesmo; já um jornal de oposição tenderá a perceber as inaptidões, os titubeios, as ações equivocadas por parte do poder estadual. A caracterização dos diferentes órgãos de imprensa consultados poderá ajudar a perceber sua inserção em determinado campo político-ideológico.

Sabemos que o jornal *O Dia*, de Florianópolis, era um órgão de publicação diária do Partido Republicano Catarinense. Este jornal foi fundado por Felipe Schmidt para defender suas posições políticas frente ao periódico *República*, igualmente órgão do partido Republicano, porém ligado a outro grupo, que lhe fazia oposição interna.⁴

³ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, p. 91, 1985.

⁴ CORRÊA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984, p. 19.

Este dado pode explicar algumas de suas características peculiares, como o destaque conferido a alguns políticos da situação, dos quais se publicam entrevistas e se apoiam continuamente as atitudes.⁵ Através de suas páginas, transcrevem-se várias comunicações oficiais, como telegramas e mensagens do governador. O discurso do jornal com relação aos governos federal e estadual é otimista, destacando as atitudes tomadas para a elucidação do conflito. Ao mesmo tempo, trata-se do jornal mais combativo e crítico no que se refere à discussão com o estado do Paraná acerca da questão de limites. Como órgão do Partido Republicano e, por extensão, do governo, *O Dia* assumia como linha editorial a defesa dos direitos catarinenses e a réplica aos diários paranaenses que ofendiam a política local, através de um discurso nacionalista e bairrista.

No mesmo caminho encontramos o jornal *O Trabalho*, de Curitiba. Trata-se de mais um periódico pertencente ao Partido Republicano Catarinense, que vinha a público regularmente a cada dez dias. Seu diretor-gerente era ninguém menos que o poderoso Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque, intendente daquele município. Este periódico era, na verdade, um jornal particular de Albuquerque. Através de suas folhas, comentava-se um sem número de acontecimentos locais, tecendo críticas e humilhando oponentes políticos ou simples desafetos. As notícias referem-se sempre elogiosamente ao governo do estado e às atitudes tomadas, e conferem grande destaque aos feitos do superintendente. Localizada no epicentro do movimento, a localidade de Curitiba sofreu ataques terríveis por parte das forças rebeldes, especialmente durante o ano de 1914, quando provavelmente *O Trabalho* deixou de ser publicado.⁶ Na verdade, não apenas o superintendente, mas a maior parte dos habitantes da vila fugiram frente às primeiras ameaças de ataques.

Para o jornal *A Notícia*, de Lages, semanário, dispomos de menos dados, embora possamos destacar algumas características gerais, tais como o discurso indignado contra as vilanias propaladas pelos jornais paranaenses e o arraigado preconceito cultural frente aos sertanejos. O periódico tende a apresentar alguns aspectos curiosos do movimento, como receitas dadas por José Maria ou orações portadas pelos

⁵ Vide, por exemplo, *O Dia*, Florianópolis, 2 de julho de 1914.

⁶ Em nossa pesquisa na Biblioteca Pública de Santa Catarina encontramos exemplares de *O Trabalho* referentes apenas ao ano de 1913.

sertanejos. Este jornal por várias vezes apela à transcrição de matérias de outras folhas, como *A Tribuna*, de Curitiba, e *O Dia*, de Florianópolis.

Outro jornal sobre o qual temos poucas informações é *O Imparcial*, de Canoinhas, que define-se como “órgão semanal para os interesses do município”. Tendo sua publicação iniciada em 1^o de novembro de 1915, retrata os momentos finais da luta e a afluência de centenas de famílias para se entregarem às forças federais. Talvez uma pista acerca do posicionamento político-ideológico desta folha encontre-se em seu primeiro editorial, onde afirma tratar-se de “Folha essencialmente dedicada à defesa de interesses do município e do estado, embora na esfera limitada de um periódico de aldeia, visando concorrer para o restabelecimento da ordem social no município.”⁷

Um caso especial dentre os jornais consultados é, certamente, a *Folha do Comércio*, de Florianópolis. Tendo como redator-proprietário o jornalista Crispim Mira, exprime opiniões que, se não são radicalmente contrárias ao governo, demonstram uma liberdade e independência maiores, relativamente aos demais periódicos. Suas análises tecem críticas a alguns políticos de renome, questionando fatos e informações recebidas acriticamente por outros órgãos de imprensa.⁸ Ao início do movimento, a *Folha do Comércio* defendia a possibilidade de negociação com os rebeldes, colocando em dúvida as pretensas intenções hostis apregoadas pelas demais folhas. Manifestando uma postura crítica quanto à atuação do controvertido Cel. Albuquerque, refere-se a este como “o dominador absoluto de Curitibaanos”. A *Folha do Comércio* permite-se, inclusive, publicar artigo que defendia o direito de reunião dos rebeldes, em obediência ao seu credo religioso.⁹ Em suma, a *Folha do Comércio* revela-se como um periódico mais crítico com relação as autoridades políticas envolvidas no conflito, mesmo sem resvalar para um radicalismo oposicionista.

Estes foram, apresentados de maneira sucinta, os órgãos de imprensa consultados acerca do movimento do Contestado. Trataremos a seguir de sua potencialidade historiográfica, partindo de algumas considerações de cunho teórico-metodológico.

⁷ *O Imparcial*, Canoinhas, 1^o de novembro de 1915.

⁸ Vide como exemplo sua edição de 9 de outubro de 1912.

⁹ *Folha do Comércio*, Florianópolis, 23 de fevereiro de 1914.

O jornal como fonte para uma história cultural

O jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. E outro aspecto singular do material jornalístico é o tipo de censura sofrida, pois a imprensa recebe apenas a censura instantânea e imediata, diferentemente de outras fontes que poderão ser submetidas a uma triagem antes de serem arquivadas.¹⁰

Um dos mais freqüentes problemas no tratamento dado aos jornais pelos historiadores, porém, é a ausência de uma crítica interna ao conteúdo jornalístico, e sua utilização como se este fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma. Segundo Zicman, “Com raríssimas exceções, para os historiadores o jornal é antes de tudo uma fonte onde se ‘recupera’ o fato histórico – uma ponte ou trampolim em direção à realidade – não havendo entretanto interesse por sua crítica interna.”¹¹

No mesmo sentido vão as considerações de Cláudio Pereira Elmir. Segundo ele, devemos evitar o erro de ler o jornal antigo com a mesma tranqüilidade com que leríamos o jornal de hoje. A utilização historiográfica da imprensa exige aquilo que denomina “leitura intensiva”, ou seja, “[...] a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha.”¹² Isto se deve ao fato de que a imprensa não informa a história, simplesmente, e não basta ao pesquisador retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para que possa considerar seu trabalho concluído. Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura intensiva mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto.

¹⁰ ZICMAN, op. cit.

¹¹ Ibid., p. 90.

¹² ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 21, 1995.

Contrariamente a uma utilização simplista do material jornalístico coloca-se um tipo de abordagem que o considera como uma representação possível acerca do real. Quando nos referimos ao termo representação queremos imediatamente nos reportar ao trabalho de Roger Chartier. Segundo o historiador francês, o conceito de representação remete-nos ao resgate do modo como, em diferentes momentos históricos, uma determinada realidade social é dada a ler, construída, pensada.¹³ Tal definição abarca a incorporação das estruturas do mundo social e a construção dinâmica dos laços sociais. Como resultado, geram-se práticas identitárias próprias, através das quais cada indivíduo, grupo ou comunidade constrói representações de si mesmo.¹⁴

Já através do termo imaginário designamos o conjunto de representações e idéias-imagem através das quais as sociedades legitimam-se, criam uma identidade, elaboram modelos formadores para seus cidadãos, etc.¹⁵ O qualificativo “social”, por sua vez, insere a atividade imaginante individual em um fenômeno coletivo, orientando-a para a sociedade ou para um grupo bem determinado no interior desta sociedade. Os imaginários sociais são referências importantíssimas dentro do sistema simbólico que produz a comunidade e através do qual se elaboram suas finalidades. Através deles, reconstitui-se parte do passado da comunidade, designa-se sua identidade e elabora-se sua representação sobre si mesma; distribuem-se papéis e funções sociais, expressam-se crenças comuns e fixam-se modelos de comportamento.

Sobre as representações simbólicas, entende Bronislaw Baczko, repousa uma significativa dose de inércia. Assim como as representações não são um mero reflexo de uma realidade a elas exterior, a margem de liberdade e inovação em sua produção é restrita. Segundo este autor, a quantidade de bens simbólicos que uma sociedade fabrica existe em quantidade limitada. Assim, o êxito na tentativa de manipulação dos imaginários sociais será bastante incerto, pois os símbolos serão eficazes apenas quando descansarem naquilo que Baczko denomina “identidade de imaginação”, ou seja, possuem a capacidade de criar sentido, de significar algo para uma sociedade ou para um

¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990, p. 17.

¹⁴ *Ibid.*, p. 23.

¹⁵ BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales – memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991, p. 8.

grupo desta sociedade. Os momentos de crise revolucionária, como no caso da Revolução Francesa, serão um “tempo quente” na produção dos imaginários sociais, estimulados pelos conflitos, pela busca de legitimidade, pela comoção das estruturas, etc.¹⁶

A imprensa deve, neste sentido, ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises. Esta representação luta para impor-se frente a outras, e passará a compor o imaginário social de determinado grupo caso possua a virtude de fazer sentido para este grupo.

A constatação de que os jornais são representações enunciadas acerca de uma realidade objetiva é, por si só, banal. Devemos ir mais além e tentar estabelecer quais as forças que agem sobre tal ou qual representação, e como estas poderiam influenciá-la. Podemos ainda nos esforçar para entender quais as relações que esta guarda com o imaginário social do grupo ao qual se dirige fundamentalmente. Como nos recorda Elmir, nós, historiadores, não somos os leitores-modelo do jornal, mas existia um leitor ideal para o qual o discurso do jornal era dirigido.¹⁷

Embora a tarefa de estabelecer o que os leitores pensavam sobre o que liam seja não apenas complexa mas, em certos casos, impossível, podemos sugerir uma certa comunhão entre as representações enunciadas pelo jornal e aquelas presentes no imaginário social da época. Caso o jornal enunciasse um discurso completamente avesso ao modo de pensar e à visão de mundo global existentes na sociedade à qual se dirigia, não teria qualquer aceitação e estaria fadado ao fracasso editorial. As mensagens enunciadas por um jornal inserem-se – ou lutam para se inserir – no imaginário social presente em determinada época. As representações precisavam fazer sentido, criar significado para as pessoas que liam o periódico. Embora não possamos precisar até que ponto estes veículos de comunicação obtinham sucesso nesta tarefa, é evidente não podiam fugir demais daquilo que seria a forma de pensar da época e do grupo ao qual se dirigiam.

Entretanto, a relação do discurso jornalístico com o imaginário seu contemporâneo não é apenas de passiva adequação, mas também de criação de sentido. Ao mesmo tempo em que se esforça para ade-

¹⁶ *Ibid.*, p. 39 e 45.

¹⁷ Elmir, *op. cit.*, p. 22.

quar-se ao imaginário social da sociedade à qual se dirige, a imprensa também contribui para criar ou modificar este imaginário. As instituições jornalísticas, gozando de certa credibilidade frente ao público leitor, poderiam criar imagens e representações que, sendo mais ou menos fiéis aos fatos objetivos, canalizassem ações e formassem opiniões acerca de tais ou quais assuntos.

Obviamente não queremos aqui supor um leitor completamente passivo, que simplesmente “absorve” os dados, fatos e mesmo os valores que lhe passa o jornal, mas sim um leitor que pode ser influenciado pelas informações prestadas por um veículo de informação que goza de relativo prestígio dentro de sua sociedade. Desta forma, percebemos para os jornais uma relação circular com o real: ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, ou seja, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido. Devemos igualmente tentar perceber qual era o perfil do leitor-alvo dos periódicos, ou seja, a que clientela seu discurso destinava-se essencialmente. A partir deste momento, passaremos a nos referir especificamente ao caso do material jornalístico apresentado acima, reunindo as presentes afirmações teóricas e metodológicas a um caso particular.

Aproximações: o jornal como fonte para o movimento do Contestado

No caso do período histórico referente ao Contestado, o baixo percentual de alfabetizados leva-nos a pensar em um público alvo singular, oriundo especialmente das classes mais abastadas. O discurso enunciado pelos jornais possibilita algumas inferências, relativamente ao leitor pretendido: este era, fundamentalmente, um homem da cidade, ou melhor, um habitante de local “civilizado”, portador de uma cultura superior que o tornava um cliente bastante distinto. A dicotomia entre o litoral, civilizado, e o interior, fanatizado e inculto, é aspecto recorrente da análise jornalística. Alguns poucos exemplos bem o demonstram:

“O sertanejo fanatizado é uma consequência da centralização de tudo na orla do litoral imenso, enquanto a vida civilizada, com todos os seus atrativos e comodidades fez das cidades um amon-

toado de luxo e prazeres, os nossos irmãos do interior jazem em um abandono, sem escolas, sem caminhos para escoamento de seus produtos, órfãos eternos do carinho administrativo e, quando vítimas deste abandono, atiram-se a todas as extravagâncias que a ignorância engendra.”¹⁸

“Como se vê, há um estigma da incultura nos sertões brasileiros, que fazem romper a quando em quando este fenômeno perigoso. [...] Basta que o primeiro charlatão se proponha a curas rápidas e milagrosas, sem resultado embora, para que em torno dele se organize um forte bando de fanáticos dentro de pouco tempo. Isto de resto é um mau que não se pode extirpar, com duas razões: defeito da cultura, ou melhor, da absoluta ausência de cultura, dos nossos sertanejos, isso só pode ser combatido aos poucos, quando as luzes de uma educação, rudimentar, que seja, penetre nestes ermos.”¹⁹

É interessante perceber como este tipo de preconceitos de ordem cultural era enunciado inclusive pelos jornais do interior:

“É lastimável que tantos homens, distraídos do trabalho honesto por semelhante empresa, estejam deixando perecer seus interesses [...] Lamentamos estes fatos, filhos da mais completa ignorância e esperamos que a punição dos principais autores sirva para opor de vez uma barreira a esta corrente de desmandos.”²⁰

“Esse movimento não é mais do que o resultado da ignorância e superstição dos nossos sertanejos, sempre propensos às mistificações de toda espécie, deixando-se levar às vezes por espíritos demasiadamente inferiores, como soe agora suceder, unicamente por uma deplorável influência mesológica, em que a crença no maravilhoso e sobrenatural atua como principal fator.”²¹

“É deveras lamentável o estado de miséria em que se acham essa mísera gente apresentada. É inacreditável que em pleno século 20 se encontrasse tanto atraso, tanta miséria como tivemos a ocasião de ver nos nossos infelizes patrícios sertanejos. A luta parece estar no final.”²²

¹⁸ *Folha do Comércio*, Florianópolis, 28 de setembro de 1912.

¹⁹ *O Dia*, Florianópolis, 19 de dezembro de 1913 (transcrito do jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro). Vide ainda *O Dia*, Florianópolis, 17 de dezembro de 1914.

²⁰ *O Trabalho*, Curitiba, 13 de dezembro de 1913.

²¹ *A Notícia*, Lages, 1 de janeiro de 1914 (transcrito do jornal *A Tribuna*, de Curitiba).

²² *O Imparcial*, Canoinhas, 25 de dezembro de 1915.

Contrariamente a esta visão negativa atribuída aos sertanejos, o leitor era visto como um homem educado, portador de uma cultura “elevada”. O leitor-alvo dos jornais de então era, para o articulista, o homem civilizado, ilustrado e educado que com ele deveria compartilhar dos mais elevados sentimentos de superioridade cultural e moral.

Um dos mais importantes determinantes presentes no discurso jornalístico contemporâneo ao Contestado era justamente o argumento da falta ou ausência de cultura dos sertanejos do interior. Muitas vezes a atitude sugerida às autoridades era de recorrer à brandura, à cordura, já que as pobres gentes do interior não teriam culpa por estar submergidas na mais crassa ignorância. Deve-se atentar para o fato de que uma consequência deste argumento subsistiu em boa parte da bibliografia sobre o tema. Trata-se da idéia de que todo o conflito poderia ter sido evitado caso o governo tivesse providenciado não carabinas, mas sim escolas e uma maior educação para o povo daqueles ermos. Tanto esta análise quanto uma sua variante, que sugere a necessidade de uma educação religiosa reforçada, encontravam-se já desenvolvidas em algumas reportagens, que pleiteiam para os “matutos” – outra forma de referir-se aos rebeldes “[...] não o relampear estrondosamente das carabinas, e sim a luz benfazeja do livro.”²³

Em abordagens como essa a expressão cultura designava o eruditismo, a ilustração, o conhecimento enciclopédico possuído principalmente por membros da elite, geralmente cidadãos, pertencentes a um grupo que se entendia como “civilizado”. Aos sertanejos, não portadores de um saber desta ordem, restava o qualificativo oposto, e a expressão “selvagens” assume um sentido amplo e preconceituoso. “Na catequese de nossos irmãos da selva,” acredita o jornalista, “o governo está usando dos métodos dignificantes, que sem derramar sangue possam chamar à comunhão dos homens civilizados essa gente selvagem”, perguntando a seguir: “Porque então, desapiedadamente, devemos atirar contra um grupo de caboclos simples, quando podemos convencê-los da sua ignorância?”²⁴

No estágio atual dos estudos historiográficos, a preocupação com a cultura vem ultrapassando em muito esta modalidade de análise. As manifestações das classes subalternas já não são vistas como mera

²³ *Folha do Comércio*, Florianópolis, 28 de setembro de 1912.

²⁴ *Folha do Comércio*, Florianópolis, 2 de outubro de 1912.

deturpação da cultura das classes altas, mas sim como criações singulares, portadoras de amplo significado simbólico e histórico, que cabe ao historiador respeitar e analisar. Como afirma Chartier, “Pensar de outra forma a cultura [...] exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais [...]”²⁵

A representação que atribuía aos rebeldes uma ingrata situação de inferioridade cultural teve alguns desdobramentos à nível jornalístico. Talvez o mais importante deles tenha sido a aceitação, como verdade, das mais estranhas histórias que circulassem acerca daqueles “brutos”. O aspecto curioso, estranho ou moralmente condenável de determinadas informações contribuía para que fossem publicadas como comprovação de sua pretensa ausência de cultura, o que estigmatizava ainda mais as populações do interior. Vejamos, como exemplo, esta hilária reportagem da *Folha do Comércio*, que se referia a uma reunião de fiéis em torno de uma figura religiosa popular:

“Já alguns apóstolos rodeavam o mestre e entre muitas idéias estapafúrdias acudiu-lhes ao embrutecido cérebro estender rosários nos caminhos, e ai do incauto cuja animaria passasse sobre as contas bentas. Era logo apeado e submetido ao processo da sapeca, isto é, era sapecado nas chamas de uma fogueira de grimpas de pinheiro. Depois do que, o exame que submetiam ainda o paciente demonstrava ter o mesmo um potrilho no vente em adiantado estado de gestação. A operação que se seguia então, escapa à melhor imaginação. Suspendiam o mísero em uma trave, de forma que os pés ficassem a uma altura do chão e iam e vinham os apóstolos em torno do penitente, apalpavam-lhe o ventre. Um mostrava a cabeça do potrilho, outro, os pés, e assim por diante, até que uma verdadeira sova de rosários epilógava o martírio do homem que tinha o potrilho na barriga e que depois, aos cambaleios, retomava o caminho de sua casa. Ora, quando ainda hoje qualquer desequilibrado encontra crédulos tão ingênuos que se confiam tão simploriamente e aceitam os maiores disparates, não é de admirar, portanto, o evento de um tipo mais esperto e mais perigoso.”²⁶

Entretanto, não devemos descartar informações prestadas pelos periódicos apenas por apresentarem um caráter estranho ou pitoresco.

²⁵ Chartier, op. cit., p. 67.

²⁶ *Folha do Comércio*, Florianópolis, 27 de setembro de 1912.

Como destaca o historiador americano Robert Darnton, o fato de não compreendermos determinado dado trazido pelas fontes pode nos conduzir a informações significativas sobre uma visão de mundo específica. Dados desta natureza, denominados “opacos” por Darnton, poderão representar para o historiador um ponto de acesso ao trabalho de pesquisa empírica,²⁷ que deverá incluir seu cotejo a outras fontes. Através do cruzamento com materiais como relatos escritos, fontes oficiais, relatórios militares, ou mesmo fontes folclóricas e testemunhais, a informação jornalística poderá ser reavaliada e revalorizada em sua importância histórica.

Como um bom exemplo do afirmado, destacamos um artigo publicado no jornal *O Imparcial*. Este trata de uma antiga pregação do monge João Maria na região do Contestado, e destaca sua profecia acerca de uma certa “Guerra Santa”:

“E ao terminar-se a revolta de 1893, aquele santo monge fez a última peregrinação pelos sertões do sul, dizendo ao seu povo em suas famosas profecias que a guerra terminante não tinha sido nada em confronto com uma outra, que a sua visão mágica previa através de um futuro de 20 anos, aproximadamente. Esta sim, a Guerra Santa de São Sebastião, seria intensa de sinistras consequências a todos os que, desviados da Santa Religião, não tivessem pendente ao pescoço salvadoras orações que ele distribuía, que ele ensinava com benefício ao povo seu devoto. [...] São centenas destes miseráveis que tendo no bolso a oração que lhes faz ‘Cavalheiros de São Sebastião’, submetidos ao comando de espertos aventureiros, que sabem aproveitar, incitando-os ao ‘cumprimento de seu dever de apóstolo’, do santo padroeiro da guerra predita pelo seu João Maria. Tombam no campo da luta, dessa luta para eles sagrada, morrendo cômicos de cumprirem a missão que lhes ditou o adorado monge.”²⁸

Caso analisemos as informações trazidas por este artigo em conjunto com outras fontes e com a bibliografia especializada, veremos que a denominação de “Guerra de São Sebastião” designava, para os rebeldes, o conflito que então se desenvolvia. A existência de um grupo cujos membros eram denominados “apóstolos” ou “cavaleiros” de São Sebastião, bem como a expectativa regional pela vinda daquele

²⁷ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*, e outros episódios da história cultural francesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. xv.

²⁸ *O Imparcial*, Canoinhas, 15 de dezembro de 1915.

santo a frente de um exército sobrenatural, são aspectos que complementam e corroboram as informações trazidas por *O Imparcial*.²⁹

Através destes exemplos coloca-se enfaticamente a importância de que cruzemos continuamente a informação jornalística a fontes de outra ordem e à bibliografia referente ao tema. Apenas por meio de um trabalho cuidadoso evitaremos o perigo de tomar preconceitos profundamente arraigados como informações de ordem cultural. Cabe, certamente, um grande cuidado metodológico sobre cada informação cultural trazida pelos órgãos de imprensa. Acreditamos que o cruzamento de dados, conjugado à crítica e à comentários bibliográficos pertinentes, serão o melhor caminho para uma análise criteriosa e de qualidade.

Além de sua condição de arquivos do cotidiano, os periódicos permitem que conheçamos as representações da elite (ou de parte desta elite) sobre os rebeldes, muitas vezes qualificados como “fanáticos” e descritos de maneira preconceituosa. Mais, porém, que o julgamento valorativo elaborado pelos articulistas sobre os rebeldes, os jornais podem oferecer, ao historiador, informações sobre a cultura e o imaginário destes atores sociais. Estas surgem através de algumas brechas que, por meio de uma leitura fina e aprofundada, poderão servir de base para análises mais amplas e para o cruzamento com outras fontes. A dimensão destas brechas ganha em importância caso lembremos que boa parte das fontes relativas ao Contestado, em especial as chamadas fontes oficiais, pouco ou nada se detém sobre aspectos culturais daquele grupo. Materiais jornalísticos que transcrevem literalmente documentos pertencentes aos rebeldes, tais como ordens de ataque, bilhetes ou orações, são, em alguns casos, as únicas fontes para que possamos conhecê-los e analisá-los. Vejamos um exemplo, retirado do periódico *A Notícia*.

“Essas orações foram copiadas respeitando-lhes a ortografia sem alteração de uma única letra. Eis uma delas: ‘Espada elétrica, pertence ao apóstolo de Bastião Roberto Serafim de Oliveira, nobre cavalheiro de bastião, quem atirar no meu corpo atira na hós-

²⁹ Para maiores detalhes sobre a Guerra de São Sebastião e a expectativa messiânica pelo auxílio deste santo, consultar o terceiro capítulo de nossa dissertação de mestrado, intitulado “São Sebastião, o Rei da Glória: guerra, religião e esperança.” ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tia consagrada por que entre a pórpora e a espuleta, Jesus Cristo fez a morada. Deus adiante para a guia e Roberto Serafim de Oliveira, lhe encomendo à Deus e à Virgem Maria. Que eu não seja preso nem atacado, nem pelo diabo tentado, seguindo meu São Sebastião com 47 anjos, quebra pedra, quebra ferro, as armas que me apontarem em água ficará e os ferros que me apontarem em pedaços ficará. E os meus inimigos conhecerão que Deus é vivo, Padre, Filho e Espírito Santo. E eu com a hóstia consagrada amém Jesus. Pertence ao Roberto’.”³⁰

Esta única oração bastaria para nos lançar em uma longa digressão acerca da intensa devoção dos sertanejos por São Sebastião. Através do cruzamento com outras fontes e com bibliografia pertinente, poderíamos igualmente analisar a instituição do grupo dos Doze Pares de França, também conhecidos como “apóstolos de São Sebastião” (“apóstolo de Bastião”, neste texto), e a importância assumida por este piquete de elite junto aos rebeldes. Em suma, a oração exemplifica e corrobora a existência de um imaginário religioso não apenas rico mas também extremamente complexo no interior do movimento.

Através do seguinte trecho de uma ordem do dia rebelde, podemos perceber não apenas a importância da delegação religiosa das ordens, como também a forte disciplina interna que reinava nos “redutos”.³¹ O tratamento de “irmão” entre os rebeldes também chama a atenção:

“Damos abaixo uma interessante ordem do dia [...]). Eis: ‘Acampanamento de São João Maria de Agostinho na Pedra Branca em 28 de agosto de 1915. Com as ordens de Deus, e São João Maria de Agostinho, e São Sebastião, é nomeado o irmão Pedro Ferreira Machado de comandante de um piquete executivo de tomar providência os irmão que não vem assistir a forma, assim o irmão que tratar de abuso pode trazer debaixo de ordem à presença do comandante do exército e o qual arrepelir as ordens pode executar pela ordem e deixar lá mesmo, e cuja execução é a pena última [...]. E assim os irmãos e irmãs que desobedecer a ordem de Deus

³⁰ *A Notícia*, Lages, 23 de maio de 1914. Vide ainda *A Notícia*, Lages, 30 de maio de 1914, onde são publicadas outras duas orações.

³¹ “Reduto” era a denominação geralmente utilizada para qualificar as cidadelas nas quais os rebeldes se reuniam. Esta prevaleceu na historiografia relativa ao tema, embora não se tratasse de espaços fechados ou fortalezas, mas sim de vilas de tamanho variável.

e do comandante geral serão executado pelas ordens de Deus. A ordem do comandante geral Sebastião José de Campos, o escrivão da ordem de Deus, Conrado Grob’.³²

Muito interessantes também são as reportagens que reproduzem depoimentos de pessoas que estiveram nos redutos rebeldes. Estes prestam inestimáveis informações às forças repressivas, ao mesmo tempo em que acabam por trazer-nos dados de ordem cultural:

“Ontem chegou aqui o Valeriano Marcondes que fôra enviado ao reduto dos fanáticos como espião. Lá chegando, esse homem ficou fanatizado, e somente devido a grandes esforços empregados por seu pai conseguiu de lá sair no dia 12. [...] Afirmam convictos, tal é o grau de obcecação em que se acham, não ter deles morrido ninguém [...]. O neto de Eusébio, o vidente Joaquim, repentinamente comunica as inspirações e instruções aos seus 12 pares, que transmitem ao bando. O informante Valeriano acrescenta mais, que crê piamente em tudo quanto viu e ouviu, porque o vidente lhe anunciou tudo o quanto ele havia feito antes e até chegar ao reduto, e quais eram suas intenções. [...] De quando em quando os fanáticos lembram de darem vivas à monarquia. Anacleto Ribeiro, um dos pares do conselho deliberativo, prega a morte de todos, inclusive crianças, desde que sejam contrários à religião do falecido monge José Maria.”³³

Este artigo tem a nos oferecer não apenas informações acerca da religiosidade existente no grupo e de sua preferência monarquista, como também algumas pistas sobre a criação do grupo dos Doze Pares de França e suas atribuições neste período do movimento.

Devemos recordar ainda aquele que talvez seja o mais importante entre os depoimentos transcritos pelos jornais. Trata-se do relato de frei Rogério Neuhaus, religioso católico de origem germânica que trabalhava na região e cuja intervenção foi solicitada a fim de que se obtivesse a dispersão pacífica dos rebeldes. Tendo ido ao encontro dos “fanáticos”, Neuhaus, até então bastante estimado na região, foi

³² *O Imparcial*, Canoinhas, 8 de novembro de 1915. As formas eram momentos em que a comunidade dos redutos se reunia. Suas finalidades eram a revista dos “irmãos”, a distribuição de ordens e de castigos, caso houvesse alguma desobediência, e também a reza conjunta.

³³ *Folha do Comércio*, Florianópolis, 15 de janeiro de 1914. Vide ainda, para outro informante, a *Folha do Comércio*, Florianópolis, 16 de janeiro de 1914.

recebido com hostilidade e ameaçado de morte. A narrativa de sua experiência revela a dramática ruptura religiosa entre os rebeldes e a igreja oficial, e apresenta vários aspectos de seu imaginário. Vejamos apenas alguns trechos de sua longa narração:

“[...] Por ordem do meu superior fui à Taquaruçu a fim de aconselhar aquele povo fanatizado. [...] Disse o seguinte: um bom [pai] quer bem aos seus filhos, e quando os vê num perigo apressa-se para acudi-los. [...] Logo depois aconselhei particularmente algumas pessoas conhecidas para que se retirassem. Nessa ocasião apresentou-se diante de mim o comandante, filho de Eusébio, mocinho de 17 anos mais ou menos, com a cara de uma pessoa transtornada de idéias. E o que quer o senhor aqui? Retire-se, cachorro, senão apanha! Mais ou menos 80 homens, com facões e espadas em punho rodearam o seu comandante. Perguntei quem era aquele. Ele me respondeu: sou eu quem mando aqui. Então o senhor mande que esse povo se vá embora, pois ficando aqui ele sofre. Ele: ninguém sofre aqui. O senhor também vai sofrer. E ele: retire-se, corvo! E Eusébio exclamou: liberdade! Estamos num outro século! [...] Frei Rogério Neuhaus.”³⁴

Bastante transcrita pelos estudiosos que trabalharam com o Contestado, a narrativa de Frei Rogério constituiu-se em importante fonte para a análise de algumas características marcantes da religiosidade dos rebeldes.

Um aspecto curioso dos jornais com os quais trabalhamos é o costume de transcrever-se literalmente ou simplesmente citar as matérias de outros periódicos. Esta utilização poderia ser em função da qualidade do texto, considerado bom, em função de trazer informações novas (mesmo quando aparentemente não são fidedignas) ou para criticar as posturas e opiniões colocadas por algum jornal que expressa uma linha editorial diversa.

No caso em que nos ocupamos, era comum a discussão acirrada entre jornais catarinenses e paranaenses devido à questão de limites entre os dois estados. Naquele período, a disputa de limites com o Paraná encontrava-se estimulada; com o desenrolar do Movimento do Contestado, a mesma recebeu uma supervalorização e adquiriu contornos singulares. A troca de acusações entre folhas de Santa Catarina

³⁴ *O Dia*, Florianópolis, 28 de dezembro de 1913. Vide ainda *O Dia*, Florianópolis, 30 de dezembro de 1913.

e do Paraná era constante, e chega a cansar os olhos dos pesquisadores atuais, mas aparentemente empolgava os leitores de então.³⁵

Não podemos esquecer que a vasta zona na qual se desenvolveu o movimento era objeto de disputa entre Paraná e Santa Catarina, tal como fora, anteriormente, pleiteada pela nação argentina. Arrastando-se desde o desmembramento da província do Paraná da província de São Paulo, em 1853, a questão com o estado catarinense foi solucionada apenas em 1916, após o término do conflito armado na região.³⁶

Não há como ler os jornais da época sem termos claro tal pano de fundo, e algumas informações e artigos devem passar por este filtro para que possamos melhor compreendê-los. Torna-se possível, desta forma, entender porque as autoridades catarinenses preocupavam-se em reafirmar constantemente que o movimento não tinha causa na questão de limites, mas sim na ignorância do povo. Isto era uma resposta aos articulistas paranaenses, que acreditavam, de início, que a movimentação na região era uma simples manobra que visava sua ocupação pelas forças do exército, a fim de que estas garantissem o ganho de causa de Santa Catarina para a questão de limites, conseguido frente ao Superior Tribunal Federal.

Algumas folhas paranaenses iam inclusive mais longe, afirmando que os rebeldes eram diretamente orientados pelas autoridades catarinenses, o que impacientava e indignava os jornais de Santa Catarina. As personagens que se encontravam ou que entravam em cena no teatro de operações da região contestada passavam por uma avaliação sancionadora ou desaprovadora, dependendo da inclinação evidenciada com relação à questão de limites entre os dois estados. Assim, o general Alberto de Abreu, inspetor militar da XI Região Militar até a nomeação do general Setembrino de Carvalho, em setembro de 1914, era duramente criticado pela imprensa catarinense, pois entendia-se que sua simpatia pedia para o estado paranaense. Diplomáticamente,

³⁵ Afirmamos isto baseados não apenas no grande número de considerações neste sentido encontradas nos jornais, mas também nas inúmeras publicações que surgiram no início do século e que tratavam deste tema.

³⁶ Sobre a questão de limites, suas origens e desdobramentos, consultar: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, 1970, v. 1, p. 69 a 80. PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Lunardelli/UFSC, 1983, p. 580 e seguintes. Vide ainda PIAZZA, Walter Fernando. *Atlas histórico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Departamento de Cultura/SEC, 1970.

o general Setembrino irá preocupar-se em apresentar-se como amigo de ambos os estados, sem dar preferência a nenhum deles.³⁷

Para exemplificar o que afirmamos, elencamos apenas um dentre os inúmeros artigos nos quais discute-se a relação de Santa Catarina com o estado ao norte, no qual se percebe o grau de importância conferido à questão de limites. Sob o título “No terreno legal”:

“A imprensa do Paraná continua em sua faina inglória de procurar desviar por todos os meios a opinião nacional de um juízo seguro sobre o movimento de fanáticos e bandoleiros na antiga zona contestada. [...] *O Comércio do Paraná*, conceituado órgão de publicidade em Curitiba, estampou em suas colunas, com a forma de carta, à guisa de informações, todo um amontoado de perfídias e intrigas, com o fim único de provar que a atual situação subversiva dos nossos sertões é obra única dos dirigentes catarinenses. [...] Quando era tão intenso e tão ameaçador como agora o movimento dos bandoleiros, quando as populações ordeiras emigravam em massa de Canoinhas, de Campos Novos, de Curitiba, de toda uma larga faixa das terras catarinenses, quando eram assaltados os nossos fazendeiros e arrebanhado à viva força o gado dos nossos campos, a imprensa paranaense iniciava a cruzada em prol dos fanáticos, julgava-os vítimas de perseguições de nossos amigos, dizia-os inofensivos, mandava enviados aos seus arraiais e fingiam uma grande piedade e um grande horror ao saber que algumas dezenas deles tinham perecido em combate. Mas mudam os tempos e os homens. Hoje não é inspetor da região o senhor Gen. Alberto de Abreu, e é preciso que se procure prevenir contra nós o espírito íntegro do brioso senhor Gen. Setembrino de Carvalho. Daí a carta d’*O Comércio do Paraná*.”³⁸

Em suma, a leitura dos jornais catarinenses referentes ao período do movimento do Contestado deve ter sempre em conta a existência desta relação pendente entre Santa Catarina e Paraná. Esta influenciara bastante a forma de tratamento, os julgamentos emitidos e mesmo a forma escolhida para a apresentação dos acontecimentos. Podemos notar, também, que o preconceito que assinalávamos anteriormente,

³⁷ Intenção afirmada ao longo das páginas de seu Relatório ao Ministro da Guerra. CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria*, Ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

³⁸ *O Dia*, Florianópolis, 19 de setembro de 1914.

acerca da inferioridade cultural dos sertanejos revoltados, reforça os temores referentes à sua manipulação por este ou aquele estado – já que eram considerados incapazes de estabelecer, por si sós, um movimento de tal porte.

Considerações finais

Embora não se trate de questão nova para os pesquisadores, a utilização de fontes jornalísticas no processo de criação do saber histórico é passível de uma série de colocações metodológicas. Algumas de suas qualidades, tais como a periodicidade e a oferta de uma grande quantidade de dados empíricos e cronológicos, têm sido bastante exploradas pelos historiadores em geral. Entretanto, sua utilização como uma fonte objetiva e transparente em si mesma pode representar um deslize metodológico muito sério.

O que procuramos demonstrar é a necessidade de uma leitura fina e intensiva deste tipo de fonte. Devemos tentar ler não apenas o texto explícito, mas também o discurso implícito no material analisado. Neste sentido, importa conhecermos ou tentarmos desvendar o posicionamento político e ideológico do periódico ao qual nos referimos, considerando de que formas este poderá influenciar o conteúdo jornalístico impresso em suas folhas.

Outro determinante a ser apreendido é a relação entre o discurso dos articulistas e a cultura por eles abraçada. No caso de analisamos, ficou claro o engajamento das folhas na difusão de uma cultura dita “superior” e “civilizada”, aspecto que influenciou decisivamente as descrições e as considerações estampadas nos artigos. Importa ainda pensar sobre a relação entre os jornais e seu público alvo, relação esta que será variável consoante seu posicionamento ideológico. Um jornal sindical, por exemplo, possuirá características profundamente distintas dos periódicos aqui analisados, e terá um público alvo específico, esforçando-se para atingir seu imaginário e suas representações.

Além de seu potencial como veículo das representações e ideologia de um determinado grupo da sociedade, o jornal poderá ainda oferecer informações culturais inestimáveis. Tal é o caso do material que trabalhamos: através de algumas “brechas” encontramos publicados documentos e depoimentos bastante valiosos do ponto de vista

cultural. É importante, porém, lembrarmos que a valorização destas fontes e sua adequada compreensão deverão abranger o cotejo com fontes de outra natureza e com a bibliografia conveniente. Caso contrário, não teremos ultrapassado o estranhamento sobre a fonte, e dela conseguiremos extrair tão somente seu caráter curioso ou divertido.

As possibilidades do uso do jornal como fonte histórica são, como vimos, bastante interessantes ao historiador em geral e particularmente ao historiador cultural. Desvendar os determinantes que agem sobre o discurso jornalístico, elaborando uma leitura minuciosa e qualitativa frente a este material, sem esquecer seu entrecruzamento com fontes de outra natureza: estes são as principais considerações metodológicas que podemos extrair dos ensinamentos teóricos trazidos pela história cultural recente. Esperamos que tais contribuições possam auxiliar os pesquisadores em sua tarefa de desvendar as sociedades passadas, respeitando sua cultura e sua verdade.